

# Ensino superior do interior não quer ser só ele a avançar para consórcios

Instituições já são as mais frágeis da rede. Poupança para o Estado seria reduzida, uma vez que o interior representa apenas 15% do orçamento do ensino superior português

**Educação**  
Samuel Silva

Os institutos politécnicos e universidades do interior do país estão disponíveis para participar na reforma do ensino superior, mas recusam-se a ser os únicos atingidos. Os responsáveis do sector entendem que também no litoral, em particular nas duas principais cidades do país, é preciso reformular a oferta formativa. Apesar de haver alguma abertura para discutir a criação de consórcios de instituições proposta no estudo da Associação Europeia de Universidades (AEU), apresentado no mês passado, há várias objecções à concretização dessa ideia.

Elaborado a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o estudo defende maior cooperação entre as universidades e politécnicos situados na mesma região. As instituições devem ser incentivadas a desenvolver propostas comuns nos níveis de licenciatura e mestrado, bem como para cursos de especialização tecnológica. O documento antecipa a possibilidade de criação de consórcios para facilitar a relação entre os dois sistemas de ensino superior, especialmente no interior do país.

Os líderes das universidades e politécnicos destas regiões elogiam a proposta, mas colocam objecções à sua concretização. A primeira delas é geográfica. Nas três regiões de fronteira em que a AEU defende serem mais proveitosas as fusões (Alentejo, Beira e Trás-os-Montes), as instituições estão muito afastadas. Apenas 50 quilómetros separam o Politécnico da Guarda da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, mas no caso dos politécnicos de Beja e Portalegre essa distância pode chegar quase aos 200 quilómetros.

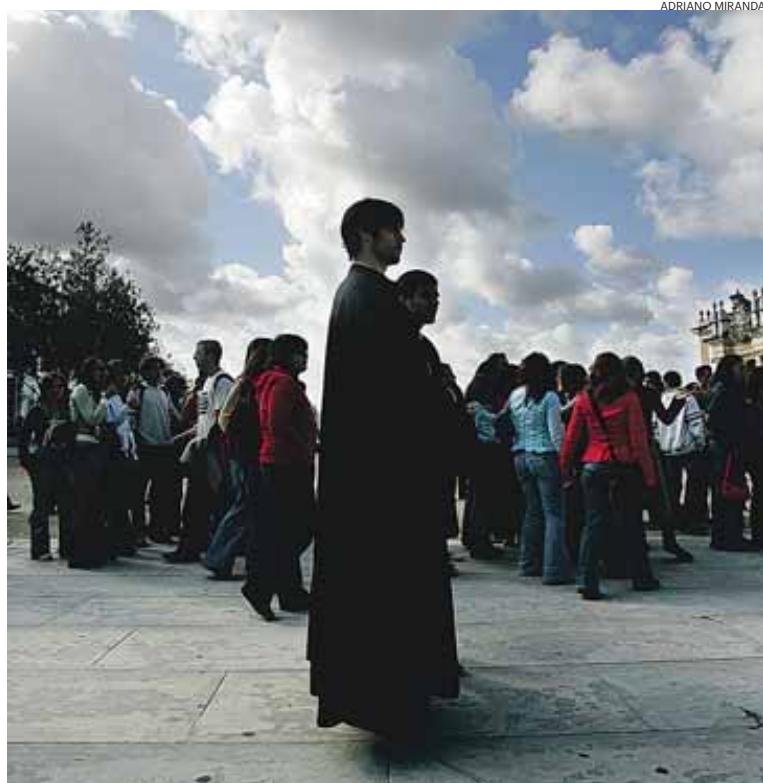
A recomendação contida neste trabalho “faz sentido”, diz o reitor da Universidade de Évora, Carlos Braumann. Deve pôr-se “com particular acuidade na região de Lisboa e também do Porto – mas não só –, onde há várias instituições de

ensino superior no raio de poucos quilómetros oferecendo os mesmos cursos”. Presidente do Politécnico de Bragança, Sobrinho Teixeira, defende que a reforma deve ser feita “a nível nacional”. Caso contrário, o país estaria “a sacrificar mais uma vez o interior para dar a ideia de que se faz alguma coisa e no final ficar tudo igual”. E recorda que, em termos financeiros, uma intervenção dirigida sobretudo às instituições do ensino superior teria efeitos reduzidos no investimento feito pelo Estado no sector. As nove instituições do interior (três universidades e seis politécnicos) têm orçamentos que totalizam pouco mais de 200 milhões de euros, cerca de 15% do valor total dos orçamentos das instituições do ensino superior, ainda que representem um terço do número de instituições públicas. “As alterações serão sempre muito mais difíceis e dolorosas no interior e podem não ser suficientes para garantir a densidade necessária”, alerta o director do Observatório de Políticas de Educação da Universidade de Coimbra, Paulo Peixoto. A defesa das instituições do interior é uma dos aspectos delicados da reorganização da rede. Howard Davies, conselheiro sénior da Associação Europeia de Universidades e relator do estudo, considera que “os institutos politécnicos do interior não têm simplesmente estudantes suficientes para poderem sobreviver”. Esse é também um equilíbrio que preocupa os reitores e os presidentes dos politécnicos, sobretudo no que toca à oferta formativa.

O ministro da Educação, Nuno Crato, defendeu que a reorganização deve ser feita sobretudo do lado da oferta. “Não faz sentido, como temos repetidamente dito, que haja, numa localidade, uma oferta de um curso que tenha dez estudantes e, noutra localidade, uma oferta semelhante ou mesmo idêntica que tenha também dez estudantes”, sublinhou, após uma reunião com o CRUP na qual lhe foi dado a conhecer o relatório. Os responsáveis das instituições alertam, porém, para os problemas des-



ADRIANO MIRANDA



**Os responsáveis do sector entendem que no litoral, em particular nas duas principais cidades do país, é preciso reformular a oferta formativa**

sa alteração. “Não me parece que possa haver uma reorganização a nível de vagas que seja regional”, assinala o reitor da Universidade da Beira Interior, João Queiroz, advogando uma reestruturação das vagas a nível nacional. “Se fecharmos Engenharia Civil nos dois politécnicos da região, eu ganho um ou dois alunos. Os estudantes que vêm de fora da região vão escolher outra instituição”, ilustra. Por isso, o presidente do Politécnico de Portalegre defende “uma discriminação positiva” para o interior na definição da política de vagas.

Os responsáveis do sector reconhecem, porém, a necessidade de fazer alterações na oferta. Sobrinho Teixeira sumaria essa posição: “Há cursos repetidos em áreas muito próximos, como se calhar tem de

NELSON GARRIDO

## Recuperar atraso

As reformas que venham a ser feitas no ensino superior terão de ter por base o aumento do nível de qualificações dos portugueses. O país tem sete anos para que 40% da população entre os 30 e os 34 anos conclua um curso superior. Este é um dos objectivos com que Portugal se comprometeu no âmbito do programa europeu Horizonte 2020, que estabelece outras metas como o investimento de 3% do Produto Interno Bruto da União Europeia em investigação e desenvolvimento e a redução da taxa de abandono escolar precoce para menos de 10%. A necessidade de aumentar o número de diplomados foi sublinhada no seminário de apresentação do estudo. Os reitores das universidades e presidentes dos institutos politécnicos ouvidos pelo PÚBLICO concordam. O líder do politécnico de Portalegre, Joaquim Mourato, lembra que Portugal continua ainda longe da meta de 40% de diplomados. “Estamos a 26%”, faz notar.

haver, mas há repetições que podem ser majoradas.” No caso da Beira, além do curso de Engenharia Civil, também o de Engenharia Informática se repete na Universidade da Beira Interior e nos politécnicos de Guarda e Portalegre. Em Trás-os-Montes há quase uma dezena de licenciaturas como Engenharia Agronómica, Florestal, Zootécnica e Paisagismo oferecidas no Politécnico de Bragança e em simultâneo na UTAD – uma situação semelhante à registada no Alentejo.

O estudo foi apresentado a 19 de Fevereiro e classificado pelo presidente do CRUP, António Rendas, como uma “ferramenta”. Este responsável preconizou a criação de um grupo de trabalho que “agarre nestas recomendações e as trabalhe de forma mais operativa”. Mas desde então não houve avanços neste domínio. O Ministério da Educação e Ciência tem mantido o silêncio sobre o tema.

O papel que a tutela neste processo é um dos aspectos subli-

nhados pelos cientistas da área contactados pelo PÚBLICO. “Precisamos urgentemente de ter os termos de referência”, sustenta o investigador do Instituto de Educação da Universidade do Minho Licínio Lima. Para o académico, o debate só pode ter lugar depois de o Governo tornar pública a sua visão, para que depois seja possível “chegar a consensos e metodologias compatíveis com uma missão desta magnitude”. Caso contrário, a racionalização no ensino poderá ser “apenas económica”, alerta.

“Estamos perante um cenário difícil”, concorda Paulo Peixoto, recusando a possibilidade de novas fusões no sector. “O interior é diferente de Lisboa e Porto”, salienta. Por isso, prossegue, o exemplo dado pelas universidades de Lisboa e Técnica de Lisboa no início do ano, que se juntaram para criar a maior instituição do ensino superior nacional, é irrepetível. Daí que considera as propostas feitas pela AEU “muito difíceis de operacionalizar”.

## Numerus clausus são modelo esgotado

Samuel Silva

O estudo da Associação Europeia de Universidades (AEU) deu o mote e os especialistas nacionais concordam: o actual sistema de *numerus clausus*, que estabelece um número máximo de alunos que podem entrar em cada curso superior, está esgotado. A limitação do número de alunos em cada curso “enfraquece a capacidade de as instituições tomarem decisões relevantes a nível regional numa estratégia de longo prazo”, lê-se no documento.

Esta prática também “reduz o potencial de influência dos parceiros externos e inibe a gestão eficaz dos recursos humanos por parte das

instituições”, acrescentam os especialistas europeus convidados pelo Conselho de Reitores para estudar o futuro do ensino superior português. Os *numerus clausus* foram um mecanismo instituído no pós-25 de Abril, por as instituições não conseguirem responder ao aumento do número de estudantes desejosos de obter um curso superior. Mas nos últimos anos o número de vagas tem sido sempre superior ao número de candidatos.

Por isso, o “momento histórico” a que correspondeu a sua criação “está ultrapassado”, defende o investigador do Instituto de Educação da Universidade do Minho Licínio Lima. O investigador propõe outras soluções para seleccionar os alunos, como um primeiro ano com forma-

ção de base ou um sistema em que os primeiros anos das formações sejam mais selectivos, tal como já acontece em França. Paulo Peixoto, do Observatório de Políticas de Educação da Universidade de Coimbra, também acredita que o futuro passa pelo fim dos *numerus clausus*. A medida poderá, porém, constituir um constrangimento para as instituições mais frágeis e periféricas, alerta o académico, que advoga, por isso, a criação de bolsas de mobilidade interna, à semelhança do que já existe em programas de formação internacional. Desse modo, um curso poderia ser ministrado numa instituição durante um ano, continuando nos anos seguintes noutra universidade ou politécnico.

PUBLICIDADE

# Ainda há quem pague para telefonar?

## Quem tem tecnologia avançada, não.



**Telefone dos seus telemóveis e telefones fixos, sem limite de chamadas, para as redes fixas e móveis de Portugal e de todo o Mundo, sem custos com tráfego, nem com mensalidades. Tenha uma licença gratuita, para comunicar a qualquer hora com todo o Mundo. Não depende de qualquer desconto pontual, mas é só uma das muitas vantagens da nova tecnologia UCoIP-Comunicações Unificadas sobre IP, combinada com RDIS sobre Banda Larga.**

**A BELTRÔNICA**  
SOLUÇÃO DE SISTEMAS TELEFONIA UNIFICADA

**Informe-se já:**

Serviço de Atendimento a Clientes  
**308 802 470**  
Número Nacional/Chamada Local

\* Compatível com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.